



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
2024-2034 (PL 2614/24)**

**PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 2024**

Aprova o Plano Nacional de Educação  
para o decênio 2024-2034.

**EMENDA ADITIVA Nº \_\_\_\_\_, DE 2025**

No Anexo do Projeto, acrescenta-se a seguinte Estratégia ao  
Objetivo 5 - Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio:

“Estratégia 5.XX. Assegurar a implementação das diretrizes curriculares de Educação para as Relações Étnico-Raciais, da Educação em Direitos Humanos, e da Educação Ambiental, da Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, da Resolução CNE/CP no 1, de 30 de maio de 2012, e da Resolução CNE/CP no 2, de 15 de junho de 2012, ambas do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, respectivamente, e em consonância com as abordagens dos temas transversais da BNCC. Além de formular e garantir a implementação das diretrizes curriculares para implementação da Lei 11.645./08.”

**JUSTIFICAÇÃO**

As leis no 10.639/2003 e no 11.645/2008 instituem no currículo nacional a obrigatoriedade do ensino de culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena no currículo nacional. Essas leis tem como objetivo promover





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

uma reparação histórica sobre como essas populações foram tradicionalmente retratadas nas escolas e livros didáticos, reforçando preconceitos, ideias racistas e estereótipos. Fortalecer mecanismos de implementação dessas leis é promover justiça curricular e fomentar a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Estudo realizado por Geledés Instituto da Mulher Negra e Instituto Alana com 1.187 Secretarias Municipais de Educação, o que equivale a 21% das redes municipais de ensino do país, revela que a maioria delas (71%) realiza pouca ou nenhuma ação para a efetivação da Lei no 10.639/2003. Apenas 29% das secretarias realizam ações consistentes e perenes para garantir a implementação da lei.

Soma-se a este dados, o Diagnóstico Equidade 2024, realizado no âmbito das ações da Política Nacional de Equidade para Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), revelou que apenas 20,4% dos municípios oferecem formações direcionadas à educação para as relações étnico-raciais; que somente 26% possuem estrutura específica para a temática na gestão escolar; que apenas 33,7% utilizam materiais didáticos e paradidáticos que contemplam as histórias e culturas africanas e afrobrasileiras e que menos de 20% contam com orçamento destinado à implementação de ambas as leis. O levantamento aponta ainda que menos da metade dos municípios (42,6%) têm normativa local sobre a política e apenas 15,5% possuem equipes específicas para a promoção de equidade racial. O diagnóstico torna evidente que há um longo caminho para sua plena consolidação na política educacional brasileira.

É necessário, portanto, avançar na formulação de diretrizes curriculares específicas para a matriz indígena, africana e afro-brasileira para orientar a revisão de currículos nacionais, estaduais e municipais. Embora em 2015, tenha sido homologado o Parecer CNE/CEB 14/2015, que estabelece as Diretrizes Operacionais para a implementação da História e Cultura dos povos





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei 11.645/2008, o documento aponta algumas confusões em relação às políticas direcionadas à educação escolar indígena, previstas na Resolução CNE/CEB no 03/99, que estabelece a escola diferenciada, bilíngue ou multilíngue para os povos indígenas, e à consolidação da temática em escolas não-indígenas e no currículo nacional. Assim, sugere-se a criação, pelo Conselho Nacional de Educação, de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Indígena no prazo de dois anos, contados da data de publicação desta Lei.

Sala da Comissão, em      de      de 2025.

**CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL/MG)**

DEPUTADA FEDERAL

Apresentação: 28/10/2025 09:01:08.340 - PL261424  
ESB 909/2025 PL261424 => SBT 1 PL261424 => PL 2614/2025  
**ESB n.909/2025**

